



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ESCOLA JUDICIAL DO ESTADO DO PARÁ

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

**RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E NOVAS
DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS.**



Assinado com senha por NATALINA DE NAZARE MELO.
Use 3735625.24867706-2166 - para a consulta à autenticidade em
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3735625.24867706-2166>
Documento gerado por RICARDO DA SILVA LACERDA *Data e hora: 14/09/2023 10:01



TJPAMEM202339930





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ESCOLA JUDICIAL DO ESTADO DO PARÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ	
SETOR DEMANDANTE/REQUISITANTE: Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará	
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA – NATALINA DE NAZARÉ MELO	
MATRÍCULA: 174726	TELEFONE: (91) 3110-6834
E-MAIL: natalina.melo@tjpa.jus.br	

1. Justificativa da necessidade da contratação

O plano de gestão do biênio 2023-2025, traz no contexto do Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira, 11 ações e 54 etapas que se desdobram em diversas atividades, fundamentais para a sustentabilidade da política judicial e administrativa do Poder Judiciário do Estado do Pará.

E, considerando que a Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará “Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa”, instituição vinculada ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, criada através da Resolução nº 06 de 08 de dezembro de 1982 e alterada pela Lei nº 8.807 de 27 de dezembro de 2018, cabe, entre outras atribuições promover ações educacionais voltadas a atualização e aperfeiçoamento profissional de magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Sendo assim, a presente ação ao abordar a temática “Retenções Tributárias na Administração Pública e novas declarações obrigatórias”, tem como propósito proporcionar o aprimoramento de competências individuais dos(as) servidores(as) e gestores(as) na área do conhecimento de gestão fiscal, orçamentária e financeira. Constituindo-se numa estratégia fundamental para instrumentalizar a organização na evolução do desempenho institucional e ampliar a capacidade de entregas necessárias à melhoria da prestação jurisdicional.

Em linhas gerais, a ação supracitada objetiva promover a capacitação de gestores da Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças e das Secretarias Administrativas e/ ou judiciais do Tribunal de Justiça, envolvidas nos processos de trabalho objeto das atualizações de conhecimento, em gestão fiscal, orçamentária e financeira visando a formação de equipes de alta performance, tendo em vista aprimorar o desempenho dos servidores e ampliar a capacidade de entregas das ações de competência destas Secretarias.

Posto isto, considerando a especificidade do conhecimento, a ação educacional requer expertise docente com habilidade técnica e notável saber acerca do conteúdo teórico-prático a ser



TJPAMEM202339930





trabalhado na formação dos servidores(as) e gestores(as) visando o aprimoramento do conhecimento, conduzindo o Poder Judiciário do Estado do Pará a maior organicidade, eficiência e efetividade na prestação do serviço público.

No tocante a análise curricular da Instituição contratada que atuará na formação, visualiza-se claramente que esta apresentou docente com expertise e notório saber acerca dos conteúdos e práticas que formam a base da qualificação. Cabendo mencionar que a contratação de docente qualificado para atuar na formação da equipe profissional que atua na gestão fiscal, orçamentária e financeira, é de suma importância para o desenvolvimento das atividades previstas no Planejamento e Gestão Estratégica, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará para o sexênio 2021-2026.

A contratação que constitui o objeto deste documento enquadra-se na modalidade de contratação direta por inexigibilidade de licitação, uma vez que o curso possui natureza predominantemente intelectual, sendo prestado por instituição com profissional de notória especialização, enquadrando-se na alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei 14.133/21, devendo ser contratada a instituição selecionada por valor global, considerando a indivisibilidade do serviço de natureza de ação educacional.

Além disso, para a matéria relacionada à retenção tributária não se dispõe de profissionais internos, não havendo no TJPA servidor(a), magistrado(a) habilitados para ministrar a referida formação.

Ressalta-se que a presente demanda consta no Plano de Contratações do Tribunal de Justiça do Estado do Pará para o exercício de 2023, especificamente no item EJ17, encontrando-se alinhada ao Planejamento Estratégico 2021-2026, no que concerne ao Macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas”, tendo como uma de suas iniciativas estratégicas “aperfeiçoamento da formação de magistrados e magistradas, servidores e servidoras”. Portanto, a ação educativa que se pretende contratar tem como objetivo impactar positivamente no aperfeiçoamento da equipe de servidores(as) e gestores(as) das unidades administrativas de gestão fiscal, orçamentária e financeira do Poder Judiciário do Estado do Pará.

2. Alinhamento com o Planejamento Estratégico e informar se consta no Plano de Contratações do TJPA, e, na ausência, justificar e informar as providências tomadas para a atualização do Plano

A presente ação consta no Plano de Contratações do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para o exercício de 2023, e encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico 2021-2023, no qual conta como Macrodesafio o “Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas”, tendo como uma de suas iniciativas estratégicas “aperfeiçoamento da formação de magistrados e magistradas, servidores e





servidoras”, consistindo em “Implementar plano pedagógico de capacitação e programas de formação inicial, continuada e de formadores e formadoras, para magistrados e magistradas, servidores e servidoras do judiciário, nas modalidades presencial, remota e a distância, tendo como referência a gestão por competências, a eficiência institucional e a integração das unidades competentes”. A referida formação está prevista no Plano de Contratação, no item EJ17, prevista para o exercício de 2023, e se trata de demanda necessária de formação de servidores do TJPA.

3. Quantidade de bem / serviço a ser contratada

Serviço de docência que compõe a ação na modalidade de remota, destinada a formação de magistrados e magistradas, servidores e servidoras, com carga horária total de 20 horas/aula.

4. Previsão da data em que deve ser iniciado o fornecimento dos bens / a prestação dos serviços

A contratação refere-se à docência de ação formativa, com data prevista para o período de 02 a 06 de outubro de 2023.

5. Indicação dos integrantes das equipes de planejamento, de apoio e de gestão e fiscalização da contratação

5.1. Equipe de planejamento da contratação

Integrante Demandante

Nome: Natalina de Nazaré Melo

Matrícula: 174726

Telefone: (91) 3110-6834

E-mail: natalina.melo@tjpa.jus.br

Integrante Técnico

Nome: Simone Monteiro Bahia

Matrícula: 174581

Telefone: (91) 3110-6831

E-mail: simone.bahia@tjpa.jus.br

5.2. Equipe de gestão e fiscalização da contratação

Gestor do Contrato

Nome: Natalina de Nazaré Melo

Matrícula: 174726

Telefone: (91) 3110-6834

E-mail: natalina.melo@tjpa.jus.br

Fiscal Demandante





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ESCOLA JUDICIAL DO ESTADO DO PARÁ

Nome: Simone Monteiro Bahia
Matrícula: 174581
Telefone: (91) 3110-6831
E-mail: simone.bahia@tjpa.jus.br

Fiscal Técnico
Nome: Simone Monteiro Bahia
Matrícula: 174581
Telefone: (91) 3110-6831
E-mail: simone.bahia@tjpa.jus.br

Justificativa: O fiscal demandante será o mesmo fiscal técnico, pois a servidora possui *expertise*, competência técnica e habilidade para atuar em ambos os casos.

Belém, 01 de agosto de 2023.

Responsável pela Formalização da Demanda
Diretor de Ensino e Pesquisa da Escola Judicial do Estado do Pará
Natalina de Nazaré Melo



TJPAMEM202339930

